

## Política Privacidade

O Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina – CREF3/SC – Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 9.696/98 é o órgão responsável pelo registro dos profissionais de Educação Física e das empresas atuantes na área, além de fiscalizar, disciplinar e orientar a atuação profissional.

A presente Política se aplica ao Presidente, aos Conselheiros, aos Diretores, aos Empregados e a eventuais pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação com o Conselho, bem como define papéis e diretrizes iniciais para obtenção da gradual conformidade do CREF3/SC.

É política do CREF3/SC respeitar a privacidade dos titulares em relação a qualquer informação que tratamos.

Coletamos informações pessoais apenas quando realmente precisamos delas para promover as finalidades institucionais e competências legais do Conselho.

### 1. DEFINIÇÕES

Para os fins desta política, devem ser consideradas as seguintes definições, quando referidas em letra maiúscula ou minúscula, plural ou singular, com ou sem negrito, para sua correta compreensão:

**"Dados Pessoais"**: qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável. Isso significa que um dado é considerado pessoal quando permite a identificação direta ou indireta da pessoa natural, como, por exemplo: nome, sobrenome, data de nascimento, telefone, e-mail, etc.

**"LGPD"**: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018).

**"Tratamento"**: toda a operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transparência, difusão ou extração.

**"Bases Legais"**: são as hipóteses legais previstas na LGPD que autorizam o CREF3/SC a tratar dados pessoais.

**"Usuário"**: são todos os indivíduos que interagem com os serviços prestados pelo CREF3/SC.

**"Controlador"**: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais, sendo o Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina – CREF3/SC.

### 2. SEUS DIREITOS

Em cumprimento à regulamentação aplicável, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, o CREF3/SC respeita e garante ao Titular a possibilidade de apresentação de solicitações baseadas nos seguintes direitos:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; à exceção dos dados que já tenham sido anonimizados pelo controlador;
- eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no Art. 16 da LGPD;
- a obtenção de informações sobre as entidades públicas ou privadas com as quais o CREF3/SC compartilhou seus dados;
- informação acerca da possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- revogação do consentimento, nos termos do § 5º do Art. 8º da LGPD;
- peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional;
- opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento à LGPD.

Para exercer os seus direitos, utilize os canais disponibilizados ao final desta política

### **3. DADOS COLETADOS**

O Conselho coleta informações pessoais dos profissionais registrados e dos seus empregados, bem como de profissionais ou de terceiros que estejam submetidos a qualquer tipo de processo administrativo no âmbito do Conselho, sejam processos de infração, ético-disciplinares ou de contratação de obras e serviços. O Conselho coleta ou utiliza dados pessoais obtidos diretamente das redes sociais, internet ou fontes externas apenas quando necessários ao cumprimento das suas finalidades institucionais.

O Conselho coleta informações pessoais dos profissionais por ocasião do seu requerimento de registro, bem como dos empregados no momento da contratação, tais como nome completo, e-mail, gênero, data de nascimento, endereço residencial, endereço comercial, telefones de contato, números do CPF e do RG, número do certificado de alistamento militar, título eleitoral, diploma de graduação, e histórico escolar, como também informações sensíveis, como impressão digital e fotografia.

Além disso, coleta dados de terceiros mediante processos de autos de infração por descumprimento da legislação aplicável.

### **4. UTILIZAÇÃO DOS DADOS**

O Conselho somente fará uso das informações pessoais para promover suas finalidades institucionais e competências legais.

Os dados também são utilizados para autenticação nos serviços oferecidos pelo Conselho, através de sistemas online.

Relação dos Principais Serviços online disponibilizados pelo CREF3/SC:

- Cadastro de Registro Profissional;
- Emissão de Cédula de Identidade profissional;
- Emissão de Certidões;
- Negociação de anuidades, multas e emolumentos;
- Cursos e eventos;
- Processos de Fiscalização;
- Processos de Execução;
- Consultas a profissionais e empresas;
- Manifestações encaminhadas a Ouvidoria;
- Pedidos de acesso à informação.
- Denúncias

## **5. COMPARTILHAMENTO DOS DADOS**

### 5.1 Com a Administração Pública:

Informamos que o CREF3/SC compartilha os seus dados com o Sistema CONFED/CREFs.

Também poderemos compartilhar dados pessoais mediante ordem judicial ou pelo requerimento de autoridades administrativas que detenham competência legal para sua requisição.

### 5.2 Com pessoas jurídicas de direito privado:

As informações pessoais também poderão ser compartilhadas com empresas ou órgãos provedores de infraestrutura tecnológica e operacional necessária para as atividades do Conselho, como provedores de planos de saúde, instituições financeiras que intermediem pagamentos e provedores de serviços de armazenamento de dados, desde que também se comprometam com políticas de proteção de dados pessoais na forma da Lei nº 13.709/2018.

## **6. SEGURANÇA DE DADOS**

O Conselho possui sistema informatizado próprio, restrito a funcionários previamente autorizados, com registro de todos os acessos e alterações realizadas durante seu uso.

É mantido registro também, como data, hora e IP de acesso, em relação as alterações realizadas diretamente pelos titulares dos dados através de sistema online.

Desta forma, o Conselho adota as seguintes precauções:

- O Conselho utiliza os métodos padrão para criptografar e anonimizar os dados coletados, quando necessário;
- O Conselho possui proteção contra acesso não autorizado aos seus sistemas;
- O Conselho somente permite o acesso de pessoas previamente autorizadas ao local onde são armazenadas as informações coletadas;
- Todo empregado, conselheiro ou terceiro, que entrar em contato com as informações pessoais aqui mencionadas deverá manter sigilo ou reserva. A quebra do sigilo ou reserva acarretará responsabilidade civil e/ou criminal nos moldes da legislação brasileira;
- O Conselho mantém registro de acesso aos seus servidores, indicando momento, duração, identidade do empregado ou do responsável pelo acesso e o arquivo objeto da consulta, com base nos registros de conexão e de acesso a aplicações.

Além de servidores físicos, o Conselho também armazena os dados de forma segura em Servidores em nuvens, contando com diversos Backups de segurança.

Contudo, informamos que não existe sistema 100% seguro, de forma que poderemos sofrer possíveis ataques e vazamentos. Entretanto, o CREF3/SC possui medidas ágeis e efetivas para regularização e mitigação do impacto.

## **7. ARMAZENAMENTO DE DADOS**

As informações coletadas e armazenadas pelo Conselho poderão ser excluídas dos seus servidores ou arquivos físicos quando deixarem de ser necessárias para os fins legais, ou quando o usuário solicitar a eliminação de seus dados pessoais, respeitada a legislação vigente sobre o arquivamento de informações públicas, Lei nº 8.159/1991 e Portaria nº 398/2019 da Diretoria Geral do Arquivo Nacional.

As informações são conservadas para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

## **8. UTILIZAÇÃO DE COOKIES**

Cookies são pequenos arquivos de texto gerados durante a seu acesso ao portal, que são utilizados para auxiliar na navegação, autenticação e personalização do atendimento.

Ao acessar o site do Conselho, são colocados em seu dispositivo cookies primários temporários, denominados cookies de sessão, os quais são necessários para autenticação nos sistemas online, e expiram quando você fecha o navegador ou encerra a sessão.

O Conselho também utiliza em seu site cookies de terceiros, denominado Google Analytics, que é uma das soluções de análise mais difundidas e confiáveis da Web, para nos ajudar a entender como você usa o site e como podemos melhorar sua experiência. Esses cookies podem rastrear itens como quanto tempo você gasta no site e as páginas visitadas.

## **9. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

Conforme prevê art. 41 da LGPD, o Conselho nomeou, através da Portaria nº 010/2021/CREF3/SC, o encarregado pela proteção dos dados pessoais. [Acesse aqui.](#)

E-mail: [encarregado@crefsc.org.br](mailto:encarregado@crefsc.org.br)

## **10. ATUALIZAÇÕES**

Esta Política foi elaborada pelo Comitê para estudos necessários à implementação da Lei nº 13.709/18 – LGPD no CREF3/SC, em reunião no dia 16/08/2021, e aprovada pela Diretoria do Conselho em 01/10/2021.

Este documento poderá sofrer alterações no decorrer do tempo, objetivando melhor adequação e atendimento aos dispostos na LGPD e a eventuais normativas expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Assim sendo, recomendamos que esta Política de Privacidade seja consultada periodicamente.